

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

UNBEHAUM, Sandra Gouretti . Sandra Unbehaum e Fulvia Rosemberg (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 28min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sandra Unbehaum e Fulvia Rosemberg
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 11/01/2012

Duração: 1h 28min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Bolsas de estudo e de pesquisa; Cultura; Direitos humanos; Educação; Ensino primário; Estados Unidos da América; Etnias; Formação escolar; Fundação Ford; Mulher; Pesquisa científica e tecnológica; Peter Fry; Pós - graduação; Projetos educativos;

Sumário

Entrevista 11 de janeiro de 2012: A parceria da Fundação Ford com a Fundação Carlos Chagas; os primeiros anos do Programa de Dotações para pesquisas sobre a mulher e o seu impacto nas pesquisas sobre mulheres; a valorização na área cultural proporcionada pela Fundação Ford; a liberdade de trabalho na Fundação e o caso do projeto sobre educação infantil com Maria Malta Campos na Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford; aspectos práticos da relação dialógica da Fundação Ford com a Fundação Carlos Chagas; os estudos sobre relações raciais e educação no Brasil; a relação acadêmica de Fúlvia Rosemberg com Peter Fry; a atuação no campo dos direitos humanos; a criação de um mestrado em direitos humanos; a proposta do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford e a questão das ações afirmativas; o apoio de o apoio da Ana Toni, Joan Dassin e de Nova Iorque na questão das ações afirmativas do Programa de Bolsas; a consolidação de uma metodologia de trabalho e o suporte institucional; a importância do fortalecimento intelectual e cultural na formação básica; o Departamento de Pesquisas Educacionais.

Entrevista: 11/01/2012

L.L. – Bom, hoje é dia 11 de janeiro de 2012, São Paulo, e nós estamos entrevistando aqui duas figuras importantes de uma importantíssima fundação, que é Fúlvia Rosemberg e Sandra Unbehaum, e que vão nos pontuar alguns momentos importantes da parceria da Fundação Ford com a Fundação Carlos Chagas. Só para a gente começar, como é que vocês explicam uma parceria tão duradoura?

S.U. – Principalmente, pela relação de confiança que a Fundação Ford depositou na Fundação Carlos Chagas e, de outro lado, também pelo grupo de pesquisadores que a Fundação Carlos Chagas constituiu desde o seu início. Boa parte desses... Dessas pesquisadoras – vou até falar no feminino, porque era uma maioria de mulheres –, elas permanecem na Casa até hoje, como é o próprio caso da Fúlvia [Rosemberg], que ingressou no Departamento de Pesquisas Educacionais quando ele tinha quatro anos de existência, bem nos seus primórdios, e está com a gente até hoje. Então, acho que é a associação dessa relação de confiança, de uma abertura muito grande para o desenvolvimento de projetos – vários deles, bastante pioneiros – e a *expertise* que foi se constituindo ao longo desses anos, que então fortalece também essa relação de confiança.

F.R. – Eu acrescentaria ainda uma certa convergência nas agendas. Eu penso que tanto a Fundação Ford e o Escritório do Brasil da Fundação Ford, que é esse que eu tenho mais contato, e a pesquisa na Fundação Carlos Chagas têm, desde sempre, uma preocupação com democracia, com abertura política, introdução de temas que ampliam o espectro da democracia, como gênero e relações raciais no Brasil. Então, isso aí também permitiu que a gente tivesse uma longa história de parceria.

S.U. – A Fúlvia lembrou bem, ao colocar essas questões da questão da democracia, porque a Fundação Ford chega no Brasil e à Fundação Carlos Chagas no momento da ditadura, então, havia uma desconfiança muito grande em relação às instituições americanas. E a Fundação Carlos Chagas não fechou as portas à possibilidade de ter esse contato com a Fundação Ford, ao contrário, e eu acho que isso foi muito sábio, porque permitiu que alguns projetos que não teriam espaço nas universidades, por conta desse momento político muito especial, acontecessem. Então, acho que isso é um ponto bastante importante, mesmo.

L.L. – E, nesse sentido, se poderia dizer que ter o apoio de uma agência privada de cooperação como a Ford foi fundamental para o fortalecimento, os primórdios da Carlos Chagas?

F.R. – Eu não diria da Carlos Chagas, porque eu penso que a Carlos Chagas... Outros departamentos da Carlos Chagas teriam subsistido, na época. Então, eu acho que é ir um pouco além das competências do Departamento de Pesquisas Educacionais. Mas eu acho, sim, que o apoio da Fundação Ford naquele momento, especialmente, quando começaram os estudos e mobilizações de mulher e feministas no Brasil, bem como, na época, também o apoio da ONU¹, eu acho que estas duas instituições internacionais de peso foram muito importantes para legitimar um campo que ainda não tinha possibilidade de guarida na universidade, e permitiu também, acho que aí, o estabelecimento... Não sei se a origem, mas o estabelecimento de um perfil de pesquisador atuante também no movimento social, que eu acho que é uma particularidade. E isso tanto a Fundação Ford permitiu, porque não é uma instituição somente vinculada à academia, diferentemente das instâncias que nos financiam, por exemplo, as FAPs (Foundation Administered Project) e o CNPq², como também o perfil da Fundação Carlos Chagas, que, sendo uma instituição privada e não sendo estritamente acadêmica, teve uma abertura muito grande para este perfil que eu acho que nós temos, que é um perfil meio composto, tanto acadêmico quanto de intervenção social e esse tipo de coisa.

S.U. – Tanto que os primeiros anos do Programa de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher, que se iniciou em... O primeiro edital foi em 1978. Ele abre espaço para a proposição de projetos não só de pesquisa, mas projetos também de intervenção, o que a gente chamaria de ação social, de intervenção, com produção de vídeo, com ações concretas junto a grupos de mulheres. E esse tipo de possibilidade de desenvolvimento de projetos não acontecia, não tinha espaço dentro da universidade. Com o tempo... E também porque, naquele momento, os núcleos de pesquisa ainda estavam se constituindo. Você não tinha programas de pós-graduação, de mestrado e de doutorado nos moldes do que você tem hoje. Com o tempo, esse programa de dotação – o último edital foi em 1998

¹ Organização das Nações Unidas

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

–, ele ganha uma configuração mais acadêmica, apoiando projetos de mestrado e de doutorado. E isso, por sua vez, também foi fundamental porque contribuiu para consolidar, criar mesmo um campo de estudos e formar pesquisadoras... Contribuir para formar pesquisadoras que depois vão lecionar e criar os seus próprios núcleos de pesquisa dentro das universidades. Então, você observa isso muito claramente, que os vários editais... As pesquisadoras que usufruíram desse apoio da Fundação Ford e a metodologia que a Fundação Carlos Chagas criou, desde a elaboração do edital, na forma de monitorar, de acompanhar o desenvolvimento desses projetos, a constituição de comissões de seleção, envolvendo ex-bolsistas que participaram desses programas, permitiu que o tema das relações de gênero... A questão das mulheres começasse a ter uma entrada significativa nas universidades. Então, hoje, você facilmente identifica: professores que estão lecionando nessas universidades, coordenadores desses grupos de pesquisa foram bolsistas desse programa. Isso é um impacto significativo. E essa metodologia de trabalho criada pela Fundação Carlos Chagas, mas com total apoio da Fundação Ford, inspirou que outros editais, que outros programas semelhantes surgissem posteriormente.

L.L. – Quer dizer que o edital de pesquisa de... Concurso de bolsas para estudos de mulher, que era o nome, foi... Porque a Fundação Ford usa esse tipo... Ou incentiva o uso desse tipo de procedimento em vários campos. Mas foi a Carlos Chagas... Vamos dizer assim, vocês criaram uma metodologia em relação a isso.

S.U. – Isso.

L.L. – Está ótimo. Não sabia que tinha sido a primeira, não. É importante isso.

H.A. – E a importância também em termos nacionais, de se espalhar isso para o Brasil.

S.U. – Isso. Porque sempre se teve uma preocupação... Era uma preocupação do programa de apoiar projetos das várias regiões, de estimular que mulheres... Homens e mulheres, mas principalmente as mulheres, porque tinha essa questão de dar visibilidade às questões feministas e de estimular que essas mulheres desenvolvessem projetos nas várias regiões, de respeitar essa distribuição regional e também temática e multidisciplinar. Então, você tinha pesquisadoras e projetos da área da educação, da antropologia, da história, da área da saúde...

F.R. – Letras.

S.U. – Das letras, enfim, dos vários campos do conhecimento. Isso é marcante.

F.R. – Eu acho que o marca aí, também, acompanhando um pouco isto que a Sandra disse e que eu acho que é notável na nossa experiência com a Fundação Ford, é a valorização da área cultural, especialmente, lá nos anos 1970 – nós não estamos falando de 2010; nós estamos falando daqueles primórdios –, com temas inovadores, multidisciplinares e com uma mirada também na intervenção social. Então, o fato de ter esta abertura e esta diversidade, quer dizer, de acatar esta diversidade intrínseca de abordagem, eu acho que isso foi muito importante.

L.L. – Porque têm alguns grupos em que isto, vamos dizer assim, acabou levando a uma briga interna entre os acadêmicos e os militantes, ou chame de outro... Os estudiosos etc. e os que estão pensando na intervenção. Pelo que vocês estão falando, uma coisa importante é que isso foi possível, vamos dizer assim, se chegar a um equilíbrio, quer dizer, a instituição reconhecer como relevante tanto uma coisa quanto outra.

F.R. – Então, não é fácil, não é? Porque as militantes achavam a gente muito acadêmica e as acadêmicas, por seu lado, achavam a nossa produção, também, um tanto ou quanto heterodoxa ou, digamos, militante. Mas sempre teve atrito. E na instituição, também. Não é que foi uma...

L.L. – Um mar de rosas.

F.R. – Uma lua de mel perene, sem tensões, não é? Mas essas tensões, eu acho, eram inevitáveis, por conta da novidade, eu acho, e desta diversidade de abordagem que me referi há pouco. E eu acho que estas tensões foram importantes também para fortalecer a nossa própria prática, eu acho, de ambas as instituições. A gente ousou, mas ousou... Fomos cobradas por muitas... Eu digo por uma literatura de viajante contemporânea. Fomos cobradas que não fomos tão ousadas quanto às norte-americanas ou as europeias, mas eu acho que a gente... Não dá para transpor contextos, não é isso? Não dá para transpor contextos. E a gente foi tocando as inovações, evitando ter atritos que

rompessem. Eu acho que foi uma estratégia não totalmente consciente, não totalmente reflexiva. Mas este grupo inicial gostava muito do ambiente da Fundação Carlos Chagas de trabalho, que era um ambiente de muita liberdade e muita autonomia. Por outro lado, as condições de contrato da Fundação Ford, se você sabe, se você é adequado, se você mantém um padrão ético de prestação de contas, transparência e você está envolvido com os temas, também é de absoluta autonomia. Eu acho que esta autonomia de abordagem, esta autonomia temática, também, dentro destes contextos de agenda, fez com que a experiência da Fundação Carlos Chagas, na área de gênero e mulher, permitisse também que alguns grupos que tinham preconceito em relação a um financiamento norte-americano etc. percebessem que este financiamento não estava impondo um ideário ou uma ideologia capitalista. Então, eu acho que isso... É indutor de temas? É indutor de temas. Mas não é um... A indução de temas é facilitador, talvez, mais do que indutor de temas, porque esses temas já estavam emergindo no Brasil. E nós não vivíamos numa redoma, não é mesmo? A gente sofre as influências também e participa da criação de influências de outros países e para outros países.

S.U. – Uma das coisas que sempre me encantou, nessa relação com a Fundação Ford, era a liberdade de você propor, no meio do processo... Você tinha um programa, um projeto aprovado, mas, no meio do caminho, você podia propor outras atividades, criar... Ter desdobramentos desses projetos. Muitas vezes, até... Não só em função de demandas, que surgem, naturalmente, mas também – isso foi muito interessante – a possibilidade de usufruir dos recursos que vinham... Os recursos vinham em dólar – o dólar, uma época, esteve muito acima da nossa moeda –, então, isso gerava recursos, e nós podíamos trabalhar com esse recurso, desenvolvendo outros projetos, e que eram propostos pela equipe do departamento que coordenava o projeto. Então, isso era de uma riqueza, de uma possibilidade, assim, muito importante. Quer dizer, não tinha mesmo uma imposição: “Vocês não podem. Isso não pode, vocês têm que seguir por aqui”. Não. A cada ano era possível apresentar uma nova ideia, uma nova questão, um novo projeto, um subprojeto. E isso foi fantástico, porque é uma liberdade de trabalho que você não encontra na maioria das instituições financiadoras. Então, quando eu falei muito dessa coisa da relação de confiança, tem a ver com isso. Eles sabiam que aquilo que nós estaríamos propondo ia ao encontro de uma agenda que a Fundação Ford tinha, pelo menos para o Brasil, e se tinha uma confiança de que aqueles recursos estariam sendo bem empregados. Então, eu acho que isso foi muito gratificante, nesse processo.

F.R. – Tem uma experiência de financiamento de um projeto que eu trabalhei com a Maria Malta Campos na Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford que, para mim, é o exemplo mais acabado desta possibilidade de negociação no transcorrer do projeto e fazer durar o projeto – acho que foi uma estratégia que a gente usou bastante –, fazer durar o projeto enquanto os recursos estivessem disponíveis e a possibilidade de estender o cronograma. Nós tínhamos um projeto... Para ter a ideia inicial, é assim: nós recebemos financiamento, logo de início do Grupo de Trabalho sobre Mulheres – e chamávamos Mulheres, não tinha Gênero, ainda –, nós recebemos recurso para um pacote, e este pacote era muito interessante, porque ele tinha uma mirada na socialização do tema no âmbito da academia. Quer dizer, nós queríamos que o maior número de mulheres pudesse participar desta nova área temática. Então, se você for olhar os componentes, eles eram muito interessantes: um era uma bibliografia anotada, difusão de conhecimento, sistematização e difusão de conhecimento; o outro foi este concurso de dotações; um outro era trabalhar a questão das mídias, também. E por aí a gente também dividia, fazia um entrelaçamento com os temas. E educação sempre esteve presente, porque o departamento é um Departamento de Pesquisas em Educação. Então, tem um projeto... Neste pacote, tinha uma dimensão sobre creche, que era um dos temas de reivindicação do movimento de mulheres organizadas naquele momento. Ele foi um tema muito importante até a abertura política. Talvez tenha sido um dos temas mais importantes da agenda do movimento de mulheres no Brasil. Então, nós fizemos um projeto chamado: “O que se deve saber sobre creche”. Este projeto durou, possivelmente, uma década, e sempre com essa sistemática. Não tinha a menor informação no Brasil sobre creche. Uma das nossas colegas, a Maria Malta Campos... Nós fomos uma vez fazer um depoimento na Comissão Especial de Inquérito sobre a Mulher: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Mulher, em 1976. Então, estou contando várias histórias aí, desculpa, que têm desdobramentos.

H.A. – Ótimo!

F.R. – Em 1976, o Nelson Carneiro estava louco para fazer passar a lei do divórcio. Mil novecentos e setenta e cinco tinha sido o Ano Internacional da Mulher; em 1976, ele faz

então... Abre esta CPI³ da Mulher, vulgarmente chamada assim, que era uma Comissão Parlamentar Mista sobre a condição da mulher brasileira. E quem é que vai abrir esta CPI? O grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. É muito interessante o cotidiano, as coisas que aconteceram. Por exemplo, íamos de calça comprida ou íamos de vestido? Íamos de aliança ou sem aliança? Éramos todas casadas. Acho que ainda não tinha nenhuma divorciada. Como que seríamos abordadas? Íamos com identidade de pesquisadoras ou íamos com a identidade de feministas militantes? Então, resolvemos: o padrão mais tradicional possível. Acho que só teve uma pessoa que foi de terninho, muito elegante, mas a maioria, de saia, sem aliança, que foi uma negociação – depois botamos a aliança, na volta...

L.L. – Acho que de calça comprida não podia entrar no Congresso. Teve uma época em que não podia, não. Não sei se no Congresso ou no Itamaraty.

F.R. – Não podia ir na USP⁴. Quando eu fiz a USP, não podia ir de calça comprida. Então, a gente esquece um pouco em que sociedade vivíamos. Então, nós fizemos... Os nossos depoimentos eram sínteses sobre a situação da mulher. E eu contei essa história para lembrar que a Maria Malta Campos foi fazer... O seu depoimento era sobre a situação das creches, e a única informação nacional que ela encontrou naquele momento era sobre berçário de maternidade. Olha que coisa! Quer dizer, nós não dispúnhamos de nenhuma informação sobre creche. Então, este projeto “O que se deve saber sobre creche” foi instalar o tema, no âmbito da produção acadêmica e da reflexão, no nível da pesquisa. Então, o que a gente fez? Pudemos, por exemplo, convidar professores estrangeiros, com tradução simultânea – que era caríssimo, na época –, para um grupo de multiplicadores tanto acadêmicos quanto da administração pública; pudemos fazer vídeos, para mobilizar as educadoras de creche, que na época se chamavam pajem ou até babá, que eram as mulheres que tomavam conta de crianças nas creches; pudemos fazer bibliografia anotada; pudemos participar de outras comissões de inquérito. Ou seja, essa estratégia de fazer durar bastante o projeto, a associação entre pesquisa e intervenção, coleta e sistematização e divulgação de informação permitiu que esse tema tivesse uma acolhida melhor, fosse mais desenvolvido, se multiplicasse, naquele momento da sociedade

³ Comissão Parlamentar de Inquérito

⁴ Universidade de São Paulo

brasileira. Essa questão, a importância da Fundação Ford nos estudos sobre educação infantil no Brasil, geralmente não é relatada nas histórias sobre os aportes do Escritório da Fundação Ford no Brasil. E eu acho que este é um dos temas... Para mim, um dos mais queridos, mas de grande relevância.

L.L. – É, ele acaba se apagando nos outros. Você falou disso e é interessante, porque eu lembro que você escreve sobre essa relação Fundação Ford/estudos feministas no livro dos 30 anos da Fundação, e a Maria Malta escreve no livro sobre os 40 anos.

F.R. – Mais sobre a área da educação.

L.L. – É.

H.A. – Isso. Como um todo, não é?

F.R. – Como um todo.

L.L. – Na hora, eu fiz ali a ponte entre as duas. Mas é importantíssimo. Quer dizer que, de alguma forma, a Fundação Carlos Chagas, vamos dizer assim, foi um espaço, um celeiro, um *locus* fundamental de constituição deste campo; ao mesmo tempo, tendo esse apoio, essa contraparte da Fundação Ford, porque... Quer dizer, talvez a gente tenha que lembrar que esse tipo de tema também fazia parte do universo norte-americano e da Fundação Ford.

F.R. – Isso.

L.L. – Lembrei isso porque há outras experiências que eles fazem – eles, Fundação Ford –, que dão apoio, aí tem uma instituição, eles ajudam etc., e tem um prazo de dez anos. Normalmente, quando vai chegando no décimo ano, eles olham e dizem: “Bom, agora vocês já estão...”. Estou fazendo uma certa caricatura, mas dizem: “Vocês já estão grandinhos, podem viver por conta própria”. Quer dizer, no caso da Fundação Carlos Chagas não teve isso, seja porque mudou o tema, seja porque houve uma readaptação, um remanejamento...

S.U. – Ou desdobramentos, mesmo.

L.L. – Desdobramentos e continuou.

S.U. – Eu acho que, se a gente olha... Pensar esses 40 anos, começando com um período de absoluta ditadura; depois, com a abertura, você tem então todo um momento de redefinição ou de definição das políticas públicas, as políticas educacionais e as políticas... Naquele tempo, nem se falava de políticas de gênero e tal, mas essas questões estavam ali presentes, então, elas precisavam ser discutidas e colocadas. Quer dizer, você tem um período histórico aí em que... Acho que essa parceria justifica o apoio que foi sendo dado e os projetos que foram sendo desenvolvidos. E na medida que a democracia se estabelece, é natural ou é possível entender e compreender o afastamento das agências de fomento, as agências que apoiavam, a saída delas gradativamente ou o desligamento de determinados temas. O que não significa que nós tenhamos resolvido todas as questões. Mas, enfim, acho que... Agora, um ponto também que eu acho que é...

F.R. – Posso só complementar uma coisa?

S.U. – Sim.

F.R. – Eu acho, quer dizer, eu não tenho completamente presente os dados, mas teve, sim, um *grant* institucional no início, e depois eram projetos, e não eram projetos unitários. Digamos, enquanto tinha o grupo de gênero da Fundação solicitando o recurso, não é isso, tinha também o grupo de creche. E daí o outro tema, que, depois que a Sandra terminar, eu volto, que é muito importante, que é educação e relações raciais.

S.U. – Justamente eu ia pontuar isso. Nós estamos em sintonia, porque eu ia dizer que, se no início teve esse aporte institucional, com o tempo, essa relação se torna quase que mesmo uma parceria, porque os recursos vinham para os projetos; não, por exemplo, para remunerar os nossos pesquisadores. Então, havia essa contrapartida da própria Fundação Carlos Chagas, em disponibilizar os seus pesquisadores para o desenvolvimento desses projetos.

F.R. – Tinha uma agenda também da Ford. Não era só... A Ford também foi proativa em relação à gente. Não era só a gente que era proativa em relação à Ford. É por isso que eu acho que a Sandra usa o termo parceria, de uma maneira muito interessante. Não é só que a Ford deu recursos para a Carlos Chagas; a Carlos Chagas também pôs recursos em projetos comuns e ocorreu essa troca.

S.U. – Na medida em que disponibilizava a sua infraestrutura, o seu corpo de pesquisadores, não é?

F.R. – É.

S.U. – E acho que também essa parceria... Ela justifica essa parceria, usar esse termo, que é a disposição dessa *expertise*, quer dizer, uma retroalimentação, mesmo. Mas eu acho que a Fundação, através desses projetos, também ajudou a dar sentido à presença da Fundação Ford aqui no Brasil, a quebrar essa... Que a Fúlvia já mencionou anteriormente, uma certa rejeição ao que... A uma agência norte-americana e tal. Acho que isso foi... Faz parte dessa relação.

F.R. – E eu acho que esta... O que a gente está querendo apontar é que a relação foi e tem sido dialógica. Não é isso?

S.U. – É.

F.R. – Nos dois sentidos. E eu penso que isso se tornou ainda mais presente quando os representantes da Fundação Ford, do Escritório da Ford no Brasil foram brasileiros ou pessoas... pesquisadores ou pessoas com inserção no Brasil. Por exemplo, eu tive... Nós começamos a área de estudos sobre relações raciais e educação no Brasil, a Fundação Carlos Chagas, nós começamos na metade dos anos 1980. Muito poucos projetos tinham sido desenvolvidos, no Brasil. Nós tínhamos, no Brasil, um grupo muito importante que não estava, primeiramente, interessado em educação, que era o grupo do Nelson do Valle Silva e o Carlos Hasenbalg, que estavam trabalhando bastante na área, usando dados macro; tinha um grupo muito importante do IBGE; tinham alguns estudos na área de demografia, principalmente em torno da Elza Berquó. Eram muito poucos os grupos acadêmicos trabalhando com relações raciais na perspectiva da desigualdade

contemporânea; não estudos históricos de futura e religião afro etc. E educação, era uma meia dúzia de gatos pingados que estavam trabalhando. Isso foi logo depois... Durante o processo de abertura política no Brasil, e começou em São Paulo, com o governo Franco Montoro, que criou os conselhos, esse Conselho da Condição Feminina, e que nós, da Carlos Chagas, tivemos uma intensa participação; depois, um Conselho Nacional das Mulheres e o Conselho da Comunidade Negra. E, no Conselho da Comunidade Negra, nós tivemos um pedido de fazer um grande diagnóstico sobre a situação educacional dos negros no estado de São Paulo. Conseguimos, naquela época, nem pensar em microdado. Quer dizer, conseguir ter os dados das PNAD's⁵ via IBGE⁶ foi um terror. Para a pequena história: foi muito difícil também porque os grupos se achavam donos de determinadas temáticas. Então, “Como este novo grupo está querendo trabalhar com relações raciais e educação?”. A gente já tinha começado uma linha de pesquisa na Fundação que era sobre análise de discurso. Hoje, chamaríamos análise de discurso. Então, nós trabalhamos. E foi um trabalho muito interessante, fazer esse diagnóstico sobre a situação dos negros no estado de São Paulo. E, nesta época, era representante do Escritório da Ford o Peter Fry, que estava muito interessado na temática, também, então, ele leu... Eu tinha uma relação acadêmica, também, com o Peter Fry; não era só... Então, aí foi interessante, a partir do Peter Fry, que eu acho que foi o primeiro – mesmo não sendo brasileiro, mas residente no Brasil etc. –, que a gente tinha relações ou anteriores ou em outros contextos, também. Diferente dos primeiros representantes, que não eram residentes totalmente no Brasil. Talvez, com exceção da Joan Dassin, que veio para o Brasil também em outras circunstâncias. E a gente retomou a relação agora, por conta do projeto IFP, do Programa de Bolsas. Então, o Peter [Fry], na época, quando acabamos então essa pesquisa grande, uma pesquisa interessante – acho que durou dois anos –, estávamos às vésperas do centenário da abolição, e o Peter, na Ford, estava interessado em fazer... Vários eventos foram elaborados, organizados etc. O Peter estava muito atento e a Ford também, e sempre esteve, à educação, e eu me lembro que, numa conversa que a gente teve, ele disse: “Bom, ou agora a gente resolve alguma coisa para a educação dos negros ou nós vamos esperar mais 100 anos”, e organizamos um seminário. Quer dizer, o próprio Escritório da Fundação Ford, via Peter, aquela sinergia, ou aquela dialogicidade, queria organizar esse seminário, e quem melhor do que o Departamento de Pesquisas

⁵ Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Educacionais da Fundação Carlos Chagas, que havia terminado uma pesquisa encomendada por uma das manifestações do movimento negro etc.? Daí, então, começa, mesmo para além da Fundação Carlos Chagas, mas via uma das nossas pesquisadoras, que é a Regina Pahim Pinto, que faleceu o ano passado, começa então uma intensa atuação do Escritório do Brasil da Fundação Ford com educação e relações raciais, que, agora, não mais se situa no âmbito da Carlos Chagas, mas da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), que teve então... Que realizou alguns concursos, também, de financiamento de pesquisa, agora com o apoio da associação educativa. Então, é interessante você ver também este projeto. Este tema de relações raciais e educação permite verificar, digamos, a morfologia de rizoma desta... Não é uma morfologia linear, mas é uma morfologia de rizoma, em torno dessas questões, que algumas começaram com o apoio da Ford ao Departamento de Pesquisas Educacionais.

L.L. – Fantástico exemplo.

H.A. – São muito bons esses exemplos que ajudam a clarear. Uma coisa que me chamou a atenção, quando vocês falaram da relação de confiança, e que a gente observou... A gente entrevistou o Nigel [Brooke] ele citou, por exemplo, a consultoria da Bernadete. Então, acho que essa questão da consultoria também mostra como é uma relação de parceria, de eventualmente ser donatário, eventualmente ser consultor. Acho que isso é até bastante comum com os donatários mais importantes da Ford.

F.R. – E essa confiança, eu acho também, ela tem uma ilustração muito intensa no convite que pesquisadoras da Fundação receberam para escrever capítulo nos livros, nos dois livros.

H.A. – Com certeza.

L.L. – É uma instituição parceira, mesmo. A gente está, vamos dizer assim, entendendo melhor o que está incluído no conceito, de que estamos falando.

H.A. – De parceria.

L.L. – Me diga uma coisa mais, quando...? Então, a questão da educação; depois, educação e mulher, educação e gênero e todas essas coisas que se desdobraram, num processo quase que de cissiparidade: vai criando outro, vai criando... E essa última explicação, a coisa que você falou de como é que a questão de relações raciais vai entrando nesta conversa. Em que momento a coisa de direitos humanos...? Quer dizer, se a gente quiser, quase tudo isso que falamos pode ser chamado de direitos humanos.

S.U. – Está no campo dos direitos.

L.L. – Mas quando é que, vamos dizer assim, se começou a trabalhar, a fazer coisas em conjunto dentro de uma rubrica, dentro de um programa, dentro de uma área já então chamada direitos humanos.

S.U. – Olha só que interessante: acho que esse é mais um exemplo do que a gente está falando, dessa relação de confiança e essa relação de diálogo. A Fundação se constituiu em torno de temas relacionados, correlatos ao campo dos direitos humanos – a questão de igualdade, de justiça social, de acesso à escola, direito das crianças do ponto de vista também da educação, de acesso à creche e educação infantil –, mas o tema *stricto sensu* de direitos humanos não era um tema específico nosso. Mas, em função da metodologia que se criou com o Programa de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, veio uma demanda da Fundação Ford, e chegou essa demanda até nós, propondo que nós desenvolvêssemos um edital para a criação de mestrados em direitos humanos no Brasil. A Fundação Ford havia solicitado à Flávia Piovesan... Na época, quem coordenava o campo dos direitos humanos... A área de direitos humanos na Fundação Ford era a Denise Dora. Ela solicitou à Flávia Piovesan um relatório, que fez um balanço de como esse tema vinha sendo tratado, no Brasil, na universidade, pelas universidades. E havia um grupo de pessoas... A própria Ford fomentando um grupo de pessoas, a discussão em relação a essas questões, e o que se observava era que você tinha pequenos grupos trabalhando com o tema dos direitos humanos; algumas pesquisas sendo realizadas; professores, isoladamente, nas várias áreas, orientando temas nesse campo, mas não você tinha uma pós-graduação específica em direitos humanos no Brasil. E essa era então a intenção, de se fomentar a pesquisa no campo dos direitos humanos. O Brasil tem uma atuação, quer dizer, os movimentos sociais são atuantes, mas, no ensino superior, não havia ainda uma educação para os direitos humanos e uma pesquisa para os direitos

humanos, a não ser algumas iniciativas bastante isoladas. E, inicialmente, a Cristina Bruschini, que é quem coordenou, durante muitos anos, o Programa de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, não se sentia muito segura de enfrentar esse tema. Mas eu me encantava pelo... Eu me encanto pela temática, e eu achava que era da natureza do trabalho que nós desenvolvíamos trabalhar com essa temática, e eu tinha muita confiança na metodologia, na forma do nosso trabalho e eu sabia que isso ia dar certo. Então, ela, junto comigo, ela falou: “Então, vamos enfrentar essa temática, vamos em frente”. E o que a gente fez foi buscar... Foi discutir com outras pessoas. Porque eu acho que isso também é uma característica nossa: se a gente não sabe ou se a gente não tem muita certeza, nós vamos buscar, vamos conversar, trazemos as pessoas junto da gente, formamos comissões, buscamos assessoria. E acho que isso é que caracteriza muito o nosso trabalho. Nós não somos donas do saber, não é, Fúlvia? A gente sempre agrega outras pessoas, traz outras instituições ou pessoas para trabalhar juntamente, e isso dá muito certo, e acho que isso fortalece essa relação de confiança, também. Nós vamos construindo, passo a passo, o melhor procedimento. E fizemos então um edital...

H.A. – Isso foi em que ano, o primeiro edital?

S.U. – Isso foi em 2003. Em 2002/2003, nós criamos uma comissão que discutiu... No primeiro momento, foram feitas várias entrevistas com coordenadores de pós-graduação; fomos até a Capes, também, fizemos várias entrevistas, para saber qual era o melhor caminho. Porque nós sabíamos que, se nós queríamos estimular a criação de um mestrado em direitos humanos, ele tinha que ser feito dentro da cultura, dos...

F.R. – Dos parâmetros.

S.U. – Dos parâmetros da Capes⁷.

L.L. – Senão não seria um mestrado.

F.R. – Nunca seria.

⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

S.U. – Nunca seria, de uma outra maneira. Então, tem todo esse primeiro passo que é mesmo de uma pesquisa de campo, buscando os subsídios, as orientações, quer dizer, o melhor procedimento, para então se criar um edital. Montou-se uma comissão com pessoas da área, da área da pós-graduação e da área dos direitos humanos, que ajudou a criar, a pensar os critérios desse edital. E aí um outro ponto que eu acho que é importante, dessa relação com a Fundação Ford e dessa liberdade: esse edital foi pensando, agregando já questões que nos eram muito caras. Por exemplo, o processo de seleção, as universidades iriam apresentar uma proposta para a implementação de um mestrado em direitos humanos, mas elas precisariam também pensar, nos seus processos de seleção, critérios de inclusão de pessoas que historicamente ficam fora da pós-graduação, que é tanto a questão de gênero, a questão racial, a questão étnica e a questão de pessoas com deficiência. Esses programas já precisariam pensar uma metodologia de inclusão dessa população no processo de seleção. E isso era muito ousado. Porque aí, sim, nós estávamos colocando nosso dedo num processo de seleção da pós-graduação cujos parâmetros não levavam isso em consideração naquele momento. Você tinha algumas iniciativas de ações afirmativas, mas mais no campo da graduação, e menos na pós-graduação, não é Fúlvia? Além disso, nós tínhamos decidido criar um edital para a área do direito. Era a criação de áreas de concentração nos programas de mestrado em direito.

F.R. – Não em ciências sociais.

S.U. – Não em ciências sociais, em educação, onde então a questão dos direitos humanos já tinha uma sensibilidade. Mas na área do direito, não. Então, acho que essa foi uma grande contribuição da Fundação Carlos Chagas, do Departamento de Pesquisas para essa questão das ações afirmativas.

H.A. – E aí, nessa comissão criada, isso foi debatido junto com a Ford e se fez esse tipo de...

S.U. – Isso.

H.A. – Faz sentido, não é?

S.U. – E teve aceitação. A Fundação Ford apoiava esse tipo de iniciativa. E nós recebemos oito propostas, na época. Porque também não era simples, quer dizer, você apresentar, criar, em pouquíssimo tempo, uma área de concentração com linhas de pesquisa, com professores disponíveis para orientar projetos de mestrado, pensar essa questão do processo de seleção considerando medidas de inclusão social, de inclusão dessas populações. Então, nós recebemos oito propostas, de várias regiões, de todas as regiões – todas as regiões enviaram, o que para nós foi muito importante –, e nós selecionamos três programas de mestrado, naquela época. Nós tínhamos definido também que deveriam ser programas que já tivessem, no mínimo, um conceito quatro junto a Capes. No mínimo. A comissão aprovou, na época, o programa de mestrado da Universidade Federal de Belém do Pará; a Federal da Paraíba; e a USP, o programa de mestrado da Faculdade de Direito aqui da USP. Ou seja, por aí vocês podem observar também que, no próprio processo seletivo, a comissão...

F.R. – A diversidade.

S.U. – Essa diversidade regional. E os programas deram conta de implementar inclusive essas medidas do processo de seleção. E isso mexeu com esses programas. Isso também não foi uma coisa simples. Cada uma, respeitando os seus critérios, a sua política, pensou como organizar isso, como criar esses mecanismos. Não são iguais, os três programas criaram metodologias diferentes, mas criaram uma metodologia e têm seguido com ela, apesar de hoje não ter mais o apoio do programa. Então, de fato, não foi só para atender ao nosso edital; isso faz parte, hoje, dos critérios de seleção desses programas de mestrado. Os três, hoje, selecionam também para o doutorado, ou seja, permitindo que aqueles alunos que ingressaram para essa área de direitos humanos possam dar continuidade, ingressando no doutorado, e também acolhendo pessoas de outras áreas que queiram fazer um doutorado em direitos humanos. Então, acho que foi um dos programas... Foi um projeto bem interessante, também, e desafiador para o nosso departamento, mas que demos conta.

H.A. – Essa questão da seleção ser diferente, nessa pós-graduação em direitos humanos, das outras em direito dessas universidades, imagino também que, no começo, criasse algum atrito dentro da universidade, por ter critérios diferentes, não? Ou uma estranheza, não sei.

S.U. – Com certeza. Eu acho que uma das coisas que na época era interessante é que não se podia usar... Uma universidade não queria que se usasse o termo cotas, não queria que se usasse o termo ação afirmativa, então, surgiu essa palavra medidas de inclusão. Na verdade, no fundo, você está falando da mesma coisa, mas é...

F.R. – Alguns foram mais radicais no procedimento, outros foram mais adaptados às conveniências locais.

S.U. – Isso. E se percebeu também que havia a necessidade de se pensar o público, qual era a demanda que aparecia. Por exemplo, a questão de gênero, na área do direito, ela hoje não é uma questão – as mulheres estão presentes nos cursos praticamente meio a meio, na área do direito – mas quando você coloca a questão racial, aí sim, aí você tem uma questão importante. E a questão étnica, por exemplo, no caso dos...

F.R. – Dos indígenas.

S.U. – Dos indígenas, em Belém do Pará, que é uma população que não chega à pós-graduação e, principalmente, à área do direito. Então, se pensou uma medida específica lá, acho que dois anos depois de já implementado. Como também a proposta do mestrado, ele era multidisciplinar, então, você tem a participação de antropólogos, que trazem uma riqueza do... A riqueza do conhecimento em relação a essas populações. E lá se criou um programa de preparação da população indígena que tinha interesse em ingressar no mestrado em direitos humanos, antes do processo de seleção, para colocá-los em condição de igualdade a participar desse processo de seleção. E isso também aconteceu por uma sinergia com o Programa de Ação Afirmativa e o Programa Bolsa.

F.R. – O Programa de Bolsa.

S.U. – Que se constituía desse pré-acadêmico, o que a gente chama de pré-acadêmico, que é preparar jovens graduados com interesse em entrar numa pós-graduação, colocá-los em condição de igualdade a participar desse processo, que pode ser questionado, mas que são os processos que existem hoje nos programas de pós-graduação. E, em Belém do

Pará, isso ocorreu para o programa de mestrado em direitos humanos, mas depois se definiu como uma metodologia para todos os programas...

F.R. – Da universidade.

S.U. – Da universidade. Então, o impacto dessa iniciativa, mudando uma cultura, criando uma política universitária. Isso, para a gente, é muito gratificante.

F.R. – É a glória!

S.U. – Isso é muito gratificante.

L.L. – E, pelo que você falou, isso já faz a ponte para o terceiro grande momento, ou quarto grande momento, não sei.

F.R. – Então. Esse aí, agora, ele, ao mesmo tempo que carrega a sinergia do passado, ele tem uma configuração diferente, porque a proposta do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford – internamente, na Fundação Carlos Chagas, ele é conhecido como Programa Bolsa – é diferente, porque é uma proposta que vem da sede, é central; não é do escritório local. Mas o Escritório teve uma grande participação no desenrolar deste programa aqui. Então, como é que se deu? Os escritórios locais foram convidados ou instados a participar do processo de seleção ou indicação da instituição que seria parceira da instituição local. Era o Nigel que estava como representante. Qual foi a estratégia que ele usou? Ele contratou duas pessoas como consultores: uma era o... Um falecido que era o representante da Fulbright, daqui a pouco eu me lembro, e o outro foi o professor Luiz Alberto Gonçalves de Oliveira, da UFMG⁸, quer dizer, um representando então... Com uma experiência de bolsas internacionais, e o outro, com uma enorme experiência em educação e relações raciais, que é o professor Luiz Alberto, e muito reconhecido pelo movimento negro. E o que eles fizeram foi fazer um périplo nacional pelas instituições do movimento negro, principalmente – nesse momento, não tinha nenhuma perspectiva de também olhar para os indígenas, para as demandas indígenas –, e para a consulta de qual seria a instituição que deveria assumir este projeto

⁸ Universidade Federal de Minas Gerais

aqui no Brasil. A Anpocs era a responsável pelas bolsas que a Fundação Ford dava para universitários, a famosa bolsa que o Fernando Henrique teve. Então, essa bolsa chique. Era uma bolsa chique. O que aconteceu é que, depois dessa consulta, a Fundação Carlos Chagas foi indicada. E, por setores do movimento negro, dada a nossa história, a Regina e eu tínhamos sido nomeadas como pessoas importantes a estarem tocando esse projeto. Então, a gente assumiu e incorporou a Maria Malta, também, que eu acho que, naquele momento, vinha também de uma participação bem intensa no CNPq, também, e na presidência da Anped⁹ e tal. Então, o que é interessante agora – é um parêntese – é perceber uma estratégia que eu acho que a Fundação Carlos Chagas nem sabia que era uma estratégia tão importante e eu considero... Eu vou me aposentar esse ano da Fundação. Eu estou lá há 37 anos, a idade do meu filho mais velho, quando eu voltei da França. Então, eu posso dizer, da minha experiência, que foi uma estratégia muito importante. No começo, nós éramos contratadas só por tempo parcial, e a Fundação nunca fez oposição a que a gente mantivesse um vínculo, pelo contrário, com as universidades. Então, uma parte das históricas, das pesquisadoras históricas teve essa dupla vinculação, o que permitiu que a gente tivesse também desenvolvido uma carreira acadêmica *stricto sensu*, ou universitária *stricto sensu* – por exemplo, eu sou professora titular na PUC de São Paulo –, e que as instituições de fomento à pesquisa, que estão mais interessadas na inserção universitária, nos tivessem chamado também para colaboração. Então, eu fui quase dez anos... fui coordenadora das áreas de psicologia e educação na Fapesp, que foi uma aprendizagem na minha vida que eu nem posso imaginar o que eu aprendi. E aprender coisas que não estão escritas e sistematizadas a partir da experiência. Por que contar isso? Quando a gente começou a implementar o Programa IFP no Brasil, via Fundação Carlos Chagas, uma parte da equipe que coordenava tinha uma grande experiência em relações raciais, particularmente, em relações negros e brancos – nós não tínhamos quase nada, a não ser a Regina, conhecimento sobre as questões indígenas –, e a Maria e eu, um bom conhecimento sobre o sistema de pós-graduação, professoras de pós-graduação, com passagem por agências de fomento e tudo, e com isso que a Sandra contou, de nosso gosto de socializar o conhecimento, de confiar em comissões e de ter uma entrada interessante junto, sei lá, ao movimento negro e tal. Mas a grande sacada foi da Ana Toni e do Aurélio, que me botaram na comissão – acho que se chamava conselho – do Trilhas do Conhecimento, que estava sendo dirigido pelo pessoal do Museu

⁹ Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação

Nacional, no Rio de Janeiro, que era então Pathways, que é aquele Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior – e, no Brasil ele assumiu uma cara de desenvolvimento das licenciaturas indígenas. Então, eu aprendi a questão indígena do ensino superior, as particularidades, comecei a ter acesso, digamos, ao movimento social, aos repertórios. Aprendi *pra burro!* Aprendi demais!

H.A. – É um mundo, não é?

F.R. – É um outro mundo: as idiossincrasias, as formas de competição. Porque eu estava lá naquele conselho, está certo? E com a postura muito generosa do pessoal do Museu Nacional. E dizem às vezes que eu não sou fácil. [riso]

L.L. – Você não sabe por quê, não é?

[FIM DO ARQUIVO I]

L.L. – Vamos falar Antônio Carlos, antropólogo, que a gente depois completa. Eu sei quem é ele.

F.R. – Então, eu volto, eu não tenho problema de dizer que tem gente que acha que eu não sou muito fácil, que eu sou muito rigorosa. Na verdade, a questão é essa. E parece que eu sou excessivamente assertiva, em determinadas circunstâncias. Mas não me vejo como uma Maria Callas. Então, diz que o Antônio Carlos e o pessoal lá da comissão, lá deste conselho, de vez em quando falavam: “Mas quem que vocês foram indicar! Ela é tão difícil!”, no começo, mas depois tudo se resolveu. Eu aprendi muito e eles aprenderam muito, também, com a coordenação do Programa de Bolsas, o IFP¹⁰. Então, o que esse programa fez? Ele fez a mesma estratégia que a Sandra relatou sobre o edital de direitos humanos, o mestrado em direitos humanos. A gente não quis romper com a cultura nacional da pós-graduação, com uma estratégia política e educacional muito clara: “Nós não queremos que os nossos bolsistas sejam considerados pesquisadores de segunda categoria, e eles então terão que... O programa será um programa de ação afirmativa, mas os nossos bolsistas passarão pelo processo de seleção habitual da pós-graduação

¹⁰ International Fellowships Program

brasileira”. Isso foi um acerto que vocês não podem imaginar! No começo, o programa não estava previsto também para indígenas; estava previsto só para negros. Tem o relatório. Se vocês quiserem, tem o relatório da primeira rodada, que é muito interessante, e depois eu posso até indicar um artigo em que eu... Recente – acho que é do ano passado –, em que eu dou um pouco esse histórico aí. Eu posso mandar depois para vocês.

H.A. – Ótimo!

F.R. – Então, a perspectiva de também ser orientado para os indígenas veio de uma conversa que a gente teve, muito franca, logo no início, com a Joan Dassin, que veio para cá. Vocês sabem que ela foi representante...

H.A. – Sim.

F.R. – Lá nos anos 1980 e que ela é a diretora executiva desse projeto. Então, outros países da América Latina tinham incluído os indígenas, como o México e a Guatemala, a gente incluiu os indígenas. E, no Brasil, ainda, naquele momento, não se sabia... Não se estava fazendo distinções tão importantes entre a perspectiva de ação afirmativa no ensino superior dos indígenas e dos negros. Então, isto daí que este trabalho lá no Pathways, nascido no Trilhas do Conhecimento, foi tão importante. Até, se vocês quiserem, tem um artigo que o Antônio Carlos tinha me pedido, que foi a contribuição do Pathways para o Programa IFP, qual teria sido esta contribuição. Eu posso passar para vocês, também.

H.A. – Ótimo!

F.R. – Então, o programa, que já ultrapassou os dez anos de implementação, foi tocado exclusivamente pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio de comissões de seleção e assessores *ad hoc*, usando exatamente a mesma trilha das agências de fomento brasileira; foi um programa, no cenário internacional, considerado de muito sucesso, quer dizer, a experiência brasileira foi considerada... E a Ana Toni sempre nos informava isso, que sempre ela tinha... a nossa experiência tinha uma excelente avaliação. A Ana Toni deu todo o apoio, foi uma parceira fundamental. Porque não foi um programa fácil. É um programa em que a gente lidou com mais de oito mil candidatos e 340 bolsistas. Não é fácil você lidar com tanta gente, com as particularidades, confusões, conflitos, tensões, e

também afetos, o reconhecimento das pessoas. Nós tivemos algumas situações muito críticas que a gente tinha que segurar a bola, e a gente segurava, tanto com o apoio da Fundação Carlos Chagas, mas também com o apoio da Ana Toni e da Joan Dassin e de Nova Iorque – nem precisa dizer isso. Mas a gente teve uma relação de intensa troca, apoio e conhecimento. A gente convidava a Ana e ela vinha para todas as reuniões. Ou, se ela não podia vir, vinha uma outra pessoa, que era a Luíza. Então, nós tivemos sempre alguém do Escritório acompanhando. Queríamos que tivesse alguém do Escritório acompanhando. E parece que esta relação tão estreita com o Escritório da Ford no local não foi generalizada entre os países que implementaram o programa; parece que foi uma particularidade brasileira. Bom, sobre o programa, vocês têm bastante informações etc., o quanto ele é interessante, mas, também, o quanto ele é desgastante, o quanto ele exige e exige da gente. O que é importante assinalar, nessa linha que está o nosso depoimento, é que outra vez é o rizoma. O que aconteceu? A gente então queria que o programa... Que algumas ideias do programa fossem assumidas por política pública brasileira. Começamos negociações com a Capes e com o CNPq¹¹, e chegou até a ocorrer uma promessa do ministro, o ano passado, de que teria cotas para negros e indígenas na pós-graduação, mas, depois, nunca foi implementado. Tem registro público disso. Têm-se informação de que, no ano passado... acho que o mestrado, na Capes¹², na Região Norte e Centro-Oeste, com exceção de Brasília, os estudantes tinham bolsa – era a bolsa universal –, um pouco pegando a ideia do programa, e também das avaliações da pós-graduação brasileira, que discriminam muito regionalmente. E depois, então, com a elaboração deste outro projeto, agora com o apoio do Escritório da Ford, que é o Projeto Equidade, e que foi a... O IFP são bolsas individuais para mestrado e doutorado, e este Projeto Equidade, então, é uma dotação institucional para universidades que têm já experiência de ação afirmativa na graduação implementarem essa experiência muito interessante de um pré-acadêmico. É uma formação para preparar pessoas a se candidatarem a vagas no mestrado e no doutorado. Então, nós começamos o projeto no final de 2009 e em 2010 foi o processo de seleção. Agora, usando sempre essas estratégias que não são conhecidas desde os anos 1970, ou seja, uma comissão ampla, com representação regional – a partir de um determinado momento, étnico-racial, também – que foi o mesmo sistema adotado no Programa de Bolsas da Ford. E agora, sim, também

¹¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

¹² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

selecionamos três universidades, com duas modalidades: uma, a candidatura individual, e a outra, de consórcio. Então, temos três consórcios. Só uma das universidades desistiu, por razões orçamentárias e também legais. E, em 2012, vamos começar... Já assinamos contratos de várias, várias assinaram o termo de doação. Esse processo é muito longo, porque a burocracia acadêmica nacional...

H.A. – É terrível.

F.R. – É terrível.

H.A. – E isso é via Escritório, não é?

F.R. – Este é via Escritório. E é um dos raros programas, dos vários locais que implementaram o Programa IFP, que conseguiram ter esta continuidade. E quem sabe o futuro, se não teremos outras continuidades?

H.A. – Agora, foi uma ideia de vocês? Porque a minha impressão é que essa questão das cotas... Me parece até um amadurecimento, não sei, dessa questão das cotas. Essa pré-seleção, eu tenho visto. Por exemplo, a Unicamp¹³ tem um...

F.R. – O Programa IFP veio com este componente que é chamado de pré-acadêmico. Mas isso faz tanto sentido para nós brasileiros e para a história que vinha se desenvolvendo em torno de ação afirmativa... Primeiro, não deixa que ação afirmativa fique sinônimo de cota. É bem mais amplo. Por exemplo, o Programa IFP não teve cota, de fato, mas usou uma estratégia de ação afirmativa. Então, nós já estávamos habituados ao cursinho. Depois, quando vai começar a ação afirmativa na graduação, você tem os cursinhos para negros e carentes, que foi uma experiência muito importante do movimento negro. Antes mesmo do IFP ser implementado, eu me lembro de ter falado a ideia que eu achava que instituições do movimento negro – na época, ainda, indígena não estava no meu repertório – deviam... Algumas ONGs deviam criar esta experiência, para ampliar o acesso ao ensino superior. E quando a Ana e eu elaboramos o pacote... Preparamos um *kit* para a Capes, não é? Então, como um pré-acadêmico não é experiência nacional para a pós-

¹³ Universidade Estadual de Campinar

graduação – é uma experiência nacional para a graduação, mas não para a pós –, então, desde o começo das negociações e das estratégias se imaginava que este financiamento poderia ficar por conta do Escritório da Ford e que seria ótimo, em saindo ou não saindo as bolsas. A análise da Ana [Toni]... Vocês já conversaram com ela?

H.A. – Sim.

F.R. – A análise da Ana é que uma experiência equivalente a essa do IFP, para você ter uma formação mais maciça de quadros negros, indígenas e de pessoas provenientes de outros segmentos sub-representados, deveria durar mais uns dez anos. Ela acha isso, quer dizer, que ainda... Eu acho que nenhuma equipe conseguiria manter o pique de uma experiência que é entre... Experimental e extensiva, porque 340 pessoas não é pouco para você acompanhar. Então, essa experiência do pré-acadêmico indo agora para as instituições, e 12 instituições, cada uma delas, em torno de 100 vagas nos cursos, mais ou menos, então, você já tem um aumento aí meio que significativo de pessoas vindas desses segmentos sociais negros e indígenas. Uma coisa muito interessante, mas muito interessante é que, na cabeça, ou tendo um papel importante, um papel de protagonista, nestas universidades, em várias destas universidades estão ex-bolsistas do Programa IFP, nessa experiência do Equidade. Então, isto dá um gosto que vocês nem podem imaginar! Então, voltando à pergunta inicial, quer dizer, uma parceria tão longa, e no meu caso, quase a parte inteira da minha vida profissional, é porque você percebe que tem impacto. Você tem retorno. E retorno, não é o retorno daqui quando eu estiver morta; é um retorno hoje. É porque a gente viveu, também, e vem vivendo esse momento político tão dinâmico do Brasil, não é mesmo?

S.U. – Agora, uma das coisas que garante esse impacto, eu acho que é a continuidade – quarenta anos de parceria prova isso –, a possibilidade de continuidade de ações, que vão se desdobrando, mas que têm o mesmo rol de princípios, quer dizer, têm um objetivo concreto de mudança social numa determinada área. Então, acho que isso é que dá esse impacto, também. A consolidação de uma metodologia de trabalho, porque você vai aperfeiçoando e você vai agregando elementos a essa metodologia, e o fato de nós sempre envolvermos outras pessoas do campo, por meio dessas comissões, diretamente na organização, ou das comissões *ad hoc*, porque dá legitimidade.

F.R. – E a coisa institucional, não é?

S.U. – E o suporte institucional. Quer dizer, você ter uma estrutura estável como a Fundação Carlos Chagas é fundamental. Então, são pelo menos alguns elementos aqui que, nessa nossa conversa, foram mostrando como é que isso se concretizou nesses 40 anos e dá, hoje, esse impacto tão visível.

F.R. – Agora, como eu falei antes, eu estou me aposentando, então, vocês não poderiam esperar de mim um depoimento que não achasse que as coisas foram boas, senão eu tinha que sair daqui e me atirar de um prédio, não é mesmo? [riso] Porque uma parte grande... Não a totalidade. Eu tenho vida para além da Fundação Carlos Chagas e para além da Ford, mas uma parte muito importante da minha vida profissional e uma energia muito grande minha foi absorvida por esses processos, por esses projetos e essa parceria.

L.L. – Que maravilha, ter podido fazer o que fez, ter tido as condições e esse apoio para implantar e fazer as coisas todas. Devíamos voltar aqui uma outra vez para fazer uma entrevista só com você, em detalhes.

H.A. – História de vida, não é?

L.L. – História de vida. Isso é uma coisa que eu acho muito importante. As instituições também precisam disso, porque é a história de cada um de nós e a história das instituições e como é que isso... Que maravilha! Eu tinha aqui vários pontos que eu assinalei. De alguma forma, vocês foram completando. Então, vamos dizer assim, me considero plenamente satisfeita. A não ser que vocês queiram lembrar de alguma coisa mais que possa...

F.R. – Eu achei que foi uma linha boa.

S.U. – Foi. Acho que sim.

H.A. – Eu estava me lembrando, você falando essa questão da ação afirmativa, lembrando do vídeo da Ana Toni que vocês emprestaram para a gente, por ocasião dos 40 anos de

parceria, em que ela fala que um dos desafios que ela sente, dessa questão das bolsas, é conseguir que os bolsistas cheguem a cursos de pós-graduação mais difíceis.

F.R. – Ah, isso é verdade.

H.A. – E eu imagino que essa questão do pré-acadêmico da pós-graduação possa ser um caminho para isso, não é?

F.R. – Tem limites? Teve limites e tem limites. Quais são? A gente ainda está nas áreas... sobretudo, nas áreas de humanas e sociais. Este é um limite importantíssimo. O que eu acho que é um problema... Quer dizer, ao mesmo tempo, é um momento dos movimentos negros e indígenas... Por exemplo, os indígenas, eu percebo que eles estão precisando, adoidadamente, de algumas áreas ainda no campo das humanas e sociais, por exemplo, direito; por exemplo, linguista, a questão de preservação e produção... Agora, no movimento negro, e eu conversei ontem com o Ivair Augusto dos Anjos... É isso?

S.U. – Dos Santos.

F.R. – [Ivair Augusto] dos Santos. Nós tivemos uma conversa muito interessante sobre... Que é um representante importantíssimo do movimento negro, sobre o viés culturalista do movimento negro nesse momento e que tudo que se está pensando em educação vai na área da cultura; agora, não na área, por exemplo, de melhoria dos instrumentos intelectuais das crianças. Eu estou falando das crianças. E a gente está começando uma discussão lá na Fundação Carlos Chagas, no que diz respeito às mulheres, e também se pode falar dos negros, há necessidade de quadros em áreas de ciência dura. E a questão não está praticamente nada tratada. Então, matemática para a menina negra, por exemplo, física, química, com a possibilidade de abertura de campo, para a menina negra e para a menina branca.

S.U. – Mesmo medicina, se você for pensar.

F.R. – Não, mas estou pensando lá na base, na formação básica. Quer dizer, é importante. Não é só a história da África e da cultura afro-brasileira que seria a maneira de você fortalecer aquilo que eles estão chamando de autoestima das crianças negras. E isso eu

acho que o Programa IFP trouxe, o fortalecimento intelectual. E como estas pessoas estão servindo de modelo para jovens gerações. Isto é algo muito frequente nos depoimentos. Meu tio, minha irmã, minha mãe, meu conhecido, minha conhecida foram capazes, eu também sou e eu também posso chegar lá.

S.U. – A maioria, provavelmente, é da primeira geração.

F.R. – A quase totalidade.

S.U. – A quase totalidade. Então, a expectativa é que as outras gerações...

F.R. – Eu digo que é a totalidade dos negros e, talvez, não a absoluta totalidade dos indígenas, porque os processos são outros.

S.U. – Agora, Fúlvia, eu fiquei aqui pensando, essa questão desse foco na questão da cultura, do próprio movimento negro e das ONGs, se você for pensar, das ONGs, das instituições que trabalham com esse olhar muito em cima só da cultura, e não do aspecto intelectual, isso vai para além até da questão racial, não é?

F.R. – Vai.

S.U. – Quando você pensa as populações pobres, o trabalho que é feito em geral é com um foco na profissionalização, quer dizer, na manutenção de uma condição social de operário, de trabalhador especializado, essa questão cultural, e muito pouco um investimento no desenvolvimento intelectual. Então, com isso você acaba reforçando um degrau social, uma desigualdade social e intelectual muito grande, muito grande. Então, acho que a gente tem ainda... Você pode ver aqui por esse ponto da nossa conversa que você tem novos desdobramentos, e isso traz um desafio novo também para a nova geração do Departamento de Pesquisas Educacionais e uma responsabilidade da Fundação Carlos Chagas, que eu acho que, hoje, com todo o aporte – aporte de instituições como a Ford, mas como outras instituições, também – e com o próprio trabalho que ela desenvolve na área de concursos, de seleção de pessoal, permite que hoje ela tenha um lastro institucional e financeiro que a coloca, agora, como a protagonista de dar continuidade a projetos como esse. Então, o próprio Programa Bolsa, há uma intenção da Fundação

Carlos Chagas de buscar parceiros, outros parceiros nacionais que se sintam estimulados a dar continuidade a esse programa. E também o desafio nosso, no Departamento de Pesquisas Educacionais, com os grupos de pesquisa, de olhar para esses campos que não estão resolvidos – como essa questão da inserção das mulheres no campo da ciência – e ter um olhar mais concentrado para a questão racial, que eu acho que ainda nos falta. Então, acho que a gente... É sempre uma caixinha que vai se abrindo e vai colocando novos desafios.

F.R. – Eu acho que, agora que a Sandra tocou ainda outra vez na dimensão institucional, talvez, uma das características importantes dessa parceria é que a Fundação Carlos Chagas, a não ser no início... o Departamento de Pesquisas Educacionais... Tudo que a gente está falando da Carlos Chagas é o Departamento de Pesquisas Educacionais. Porque a Carlos Chagas tem outra atividade que não tem nada a ver com o aporte da Ford. Fora o *grant* institucional inicial, que foi importante, muito importante – os outros também foram muito importantes –, o departamento nunca, a não ser lá naquele começo, dependeu exclusivamente de recurso da Ford, pelo contrário. Então, isto deve ter dado também uma sensação de enorme autonomia para a gente. E poder de barganha. Eu, se não conseguir aqui, eu consigo algo parecido etc. alhures. Então, nessa minha experiência com a Ford, eu nunca senti que nós tivéssemos tido uma relação que não fosse uma relação de igual. Nunca.

L.L. – E isto faz a diferença. [riso]

F.R. – Eu acho que faz a diferença.

S.U. – Faz sim.

L.L. – Mas, olha, eu gostei muito. Obrigada pela perspectiva... Quer dizer, vocês dão informações de perspectivas de vocês que estiveram lá dentro. Então, isso é... Eu posso até ver relatórios, ver coisas, mas esse olhar, só a pessoa que esteve lá e que viveu que consegue transmitir. Muito obrigada. Ficarei aguardando a referência do artigo.

F.R. – Pode me mandar e-mail, e aí eu mando para vocês.

L.L. – Está [certo].

H.A. – Eu estava até olhando aqui a listagem de doações... A gente tem uma tabela com todas as doações da Ford, e aí tiramos as da Carlos Chagas. Pelo que a gente encontrou na tabela, a primeira é de 1969. Até queria conferir.

F.R. – Quando? Em 1969?

H.A. – É.

F.R. – Então. É esse *grant* institucional aí.

H.A. – Está [certo]. Só para conferir, mesmo.

S.U. – Que foi para a própria constituição da Fundação Carlos Chagas.

F.R. – Você sabe aonde que você vai encontrar? Eu acho que esta informação, a mais correta, do nosso ponto de vista, é no artigo da Maria, no livro dos 40 anos.

H.A. – É, certamente. Porque alguns artigos têm datas, e outros não são tão precisos em relação ao ano certinho e tal. Aí, acho que a tabela dá uma boa informação sobre isso.

F.R. – Eu começo a entrar na história em 1974. E esse início, início é com a Aparecida Joly Gouveia.

H.A. – Está ótimo.

[FIM DO DEPOIMENTO]